

## LUTAS SOCIAIS NO OUTONO DO IMPÉRIO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
(Unesp-Franca, SP)

De extremado interesse para a historiografia brasileira é o ensaio de Armando Souto Maior QUEBRA-QUILOS: LUTAS SOCIAIS NO OUTONO DO IMPÉRIO, coedição da Companhia Editora Nacional e Instituto Nacional do Livro/MEC, publicado em 1978, na série Brasileira, vol. 366, onde o Autor, apoiando-se basicamente na imprensa da época, bem como na tradição popular, consegue analisar, com muito critério, os acontecimentos tão graves e marcantes que ocorreram no Nordeste Brasileiro, no último quartel do século XIX.

Demonstra-nos inteligentemente o quão estava impossibilitado o Império Brasileiro de promover quaisquer reformas, e que o movimento Quebra-Quilos, no Nordeste em 1874, é apenas um dos aspectos da crise que a imobilidade do Império não pode evitar.

Não fora tal movimento um fenômeno isolado, restrito apenas a Pernambuco e Paraíba, mas que se espalhou, como já nos referimos, por todo o Nordeste, principalmente devido ao excesso de tributação que determinou a adoção de um novo sistema de pesos e medidas — o sistema métrico-decimal.

O noticiário da imprensa nordestina nesta época da sedição é incompleto, conforme nos relata Souto Maior “e seria extremamente perigoso segui-lo historicamente como eixo fatural. Há reservas, cautelas, afogando fatos”. ( p. 31 ) Bem por isto, o A., criteriosamente, lança mão de rica bibliografia para completar sua pesquisa.

Fora de tal ordem a rapidez da propagação do movimento Quebra-Quilos, que se pode observar mínimas diferenças de tempo da sua eclosão entre uma região e outra, havendo inclusive identidade de aspectos em todas as áreas, quais sejam, basicamente, a destruição de pesos e medidas e os ataques aos Cartórios e Câmaras Municipais, já que haveria igualmente uma identidade de situações econômico-sociais abrangentes, em seu mais “lato sensu”.

O movimento fora, em sua essência, de origem popular: o vender a produção nas feiras do Nordeste é a continuidade de uma tradição, ao mesmo tempo que uma forma de sobrevivência do pequeno produtor. “As feiras do Nordeste, como em geral as de todo o Brasil, constituíram e constituem, ainda hoje, o grande encontro sócio-econômico da população do interior. Nela se vêem e revêem os conhecidos, compra-se, vende-se, fala-se, discute-se e briga-se”. ( p. 55 )

Eis o porquê de os quebra-quilos escolherem justamente os dias de feiras para realizarem seus ataques, mesmo ainda porque nestas feiras se cobravam alguns impostos municipais, dentre os quais o chamado “imposto do chão”. Daí ser a feira o melhor local para qualquer protesto ou reivindicação.

Conforme nos esclarece o A., “a expressão quebra-quilos não é nordestina. Aparece no Rio de Janeiro por ocasião das arruaças de 1871, quando alguns grupos de marginais e desocupados depedriram casas comerciais que estavam usando o novo sistema de peso e medidas. Como gritassem **Quebra os quilos ! Quebra os quilos !** a expressão passou genericamente a indicar todos os participantes dos movimentos de contestação ao governo no que diz respeito ao recrutamento militar, à cobrança de impostos e à adoção do sistema métrico-decimal. Nem a arquivística nacional escapou a essa generalização. Ainda hoje, parte da documentação sobre esses acontecimentos acha-se reunida em um só códice, no Arquivo Público Nacional, onde quebra-quilos paraibanos e pernambucanos, juntamente com revoltadas mulheres mineiras e paulistas contra o recrutamento militar, repousam na serenidade de uma única classificação”. ( p. 56 )

Interessante de observar-se, ao longo deste ensaio, o fato de que nos processos instaurados contra os quebra-quilos, havia a preocupação de não serem eles identificados como criminosos, assumindo, quase sempre, a posição de vítimas ou de heróis.

Não se pode afirmar que este movimento fosse político, mesmo porque não investiu contra o Imperador, aliás sempre muito distante da realidade em que vivia ! ...

O número de componentes destes grupos armados que invadiam as feiras, destruindo pesos e medidas e queimando cartórios, oscilava muito: às vezes, trinta elementos, outras, trezentos.

Informa-nos o A. que a “primeira defesa dos quebra-quilos apareceu no dia 28 de novembro, em forma de volantes, distribuídos pela cidade. No dia seguinte, “A Província” a publicaria na íntegra.” ( p. 58 )

O noticiário da imprensa da época é bastante contraditório em relação a este movimento: ora pretendendo minimizar a insurreição, demonstrando seu caráter popular e que o Partido Liberal nada tinha a ver com o movimento; ora, tentando demonstrar a participação dos jesuítas nele, em decorrência da Questão Religiosa e ora, ainda, tentando mostrar a influência de pessoas importantes ( caso, por exemplo, dos juizes de direito ), neste conflito.

O que no entanto não se pode negar, segundo a análise do A., é que “paralelamente às violentas manifestações dos quebra-quilos, circulavam na capital e interior, moderados manifestos de adesão aos bispos presos. Ambos atingem o governo.” ( p. 76 )

Acrescenta, todavia, que não há ligação material completa entre o Quebra-Quilos e o clero.

Porém o antijesuitismo aumentaria, e, com inúmeros adeptos, tanto que o governo de Pernambuco não descansou enquanto não obteve junto ao governo Imperial, a expulsão dos padres estrangeiros. Conseguindo obter alguns documentos em Soledade, aproveitou-se da oportunidade, agrupando “onze” provas para incriminar os jesuítas e demonstrar sua “subversão” ( o A. transcreve-as às páginas 86, 87 e 88 ).

Interessante ao se analisar as referidas “provas”, que elas de forma alguma são suficientes e objetivas para incriminar ou testemunhar a participação dos jesuítas no Quebra-Quilos. Convém salientar que a deportação dos padres provocou reação de alguns católicos e dos políticos do Partido Liberal.

Analisando a evolução tributária no período que antecede ao Quebra-Quilos, diz-nos Souto Maior que, em Pernambuco, no período de 1870 a 1874, foram criados 32 impostos novos e suprimidos 13, sendo elevadas as taxas de 59 e reduzidas as de 36. Realmente nossa carga fiscal esteve sempre acima das possibilidades tributárias reais do Brasil. E ainda nos diz mais o A.: “O Recife de 1873 era uma cidade de protestos. O jornalismo de crítica e de debates multiplicou-se rapidamente nessa época, surgindo A Liberdade, O Jesuíta, O Excomungado, o Liberal Pernambucano, A Luz, O Trabalho, O Verdadeiro Catholico, A Lanterna e O Postilhão, onde idéias conservadoras, liberais, abolicionistas e republicanas, maçônicas e jesuíticas tentavam aliciar a opinião pública.” ( p. 96. ) Portanto, 1873 marca na história do Recife, uma verdadeira luta entre Maçonaria e Jesuítas.

Curiosamente observamos que sempre os quebra-quilos gozaram de simpatia entre os mais humildes ( de onde, aliás, a maioria era oriunda ), e que as lideranças populares desta época dissolviam-se no movimento e em ataques imprevistos. Daí, muito embora o Governo houvesse insistido para que os principais “cabeças” do movimento fossem identificados, não era viável que isto pudesse ocorrer.

Comenta-nos o A. que “No auge da agitação, isto é, em dezembro de 1874, são comuns as notícias de bandidos infiltrados nos grupos de quebra-quilos. Mesmo contraditória e primária, os quebra-quilos, tinham uma ideologia. Entretanto, o bandido rural que a eles se achega, de modo geral, não tem ideologia nenhuma nem sua turbulência tem qualquer sentido antifiscal ou religioso. Impõe-se toda cautela na análise do banditismo rural como fenômeno de revanche social ou política

e os casos singulares de certos bandos jamais deverão conduzir às generalizações românticas.

Filhos do isolamento de regiões e difícil acesso ao poder judiciário, esses bandidos são endêmicos durante o movimento quebra-quilos. Muitas vezes receberam proteção, por medo ou por conveniência, e, em outras mais raras, por compadrismo, de proprietários rurais inseridos no mesmo universo cultural.

Muito raramente o bandido rural, o assassino, é um quebra-quilos. Em geral suas vinculações sociais raramente têm sentido contestatório a uma ordem ideologicamente rejeitada.” ( p. 164 )

Fora portanto o Quebra-Quilos, coletivo, e, uma onda de revolta contra o pagamento de impostos, com o objetivo de destruir os novos pesos e medidas do sistema métrico-decimal, e os ataques aos Cartórios, bem como a reação contra o Alistamento Militar, as principais e mais objetivas causas que se vêem nesta insurreição.

Por ser justamente um movimento coletivo, atingiu também Alagoas ( embora tal Província, por ocasião da eclosão dos Quebra-Quilos, não apresentasse déficit orçamentário como em Pernambuco ), bem como o Rio Grande do Norte, onde o coronelismo nordestino aí apareceria com toda a sua força.

Interessante notar que o referido movimento será também visto como espetáculo teatral, quadrinha chistosa, burla, humor grosseiro e rótulo de cigarros, como nos analisa Souto Maior. Mas seria justamente nos rótulos de cigarros da época, a crítica que mais atingiria o público. “Os acontecimentos mais importantes da vida de então, inclusive os de natureza política, foram marcas, efêmeras ou duradouras, de cigarros”. ( p. 197 )

Também “durante muito tempo, uma chita popular estampada a preto e a vermelho, foi chamada de quebra-quilo”. ( p. 198 )

Convém mencionar ainda que por ocasião do Quebra-Quilos, a escravidão no Brasil já era uma instituição em decadência e os quilombos seriam uma consequência histórica dessa desarticulação senhorial e do comércio externo e interno. No entanto, o referido movimento oferece-nos dificuldades de comparação com as revoltas negras, já que não fora uma revolta de escravos, mas sim de homens livres. Embora aparecesse negros e mulatos entre os quebra-quilos, a tão desejada liberdade, desordenadamente procurada com a destruição dos papéis nos Cartórios, seria mais consequência do que propriamente causa da insurreição ( muito embora na Paraíba os escravos tivessem vislumbrado no Quebra-Quilos a grande oportunidade de sua redenção ).

Poder-se-ia pois dizer, concordando com o A., que o Quebra-Quilos fora resultado da evolução histórica da economia do Império e seus agentes mais visíveis nem sempre tiveram noção do que fosse o

Estado e toda sua máquina de soldados e policiais, cobradores de impostos, da diferenciação das classes sociais, da concentração fundiária etc. Em outras palavras, não tiveram eles uma organização duradoura e toda sua ideologia fora vaga e imprecisa, e, por isto mesmo, não pôde ser absorvida pelas idéias republicanas ou abolicionistas que agitaram o Brasil nas últimas décadas do século XIX.

\*

\*

\*